

SOBRE O SIGNIFICADO DOS GUERREIROS LUSITANO-GALAICOS: O CONTRIBUTO DA EPIGRAFIA*

Armando Redentor

As esculturas de guerreiros lusitano-galaicos constituem uma das manifestações plásticas mais destacadas do mundo castrejo do Noroeste peninsular. Das cerca de três dezenas de exemplares documentados, apenas quatro se reconhecem claramente epigrafados (fig. 1), correspondendo eles às estátuas de Meixedo (Viana do Castelo), de Santa Comba (Refojos de Basto, Cabeceiras de Basto), de São Julião (Vila Verde) e de Rubiás (Ourense), estando esta, pelo menos no que ao troço epigrafado respeita, desaparecida. Uma das peças do Castro do Lesenho (Boticas) também apresenta vestígios de inscrição, embora até ao presente não tenha sido possível avançar com qualquer leitura.

Esta particularidade da mensagem escrita assume-se como transcendente na hora de avaliar estes documentos, quer quanto ao seu significado, quer em termos cronológicos. Os textos que ostentam são passíveis de acrescentar sentido à mensagem menos explícita, embora expressiva, acrisolada na compleição artística da plástica destes objectos, pelo que a sua interpretação tem sido comumente invocada nas sínteses recentes que sobre o tema desta estatuária se têm redigido. Não obstante, interessa retomar os aspectos documentais escritos, uma vez que as leituras disponíveis, na sua maioria, padecerão de uma avaliação exigente.

O nosso propósito é aquilatar a transcendência dos textos em causa, remetendo para sínteses anteriores as questões directamente relacionadas com a plástica. Neste sentido, renunciamos à descrição dos suportes escultóricos, podendo esta ser apreciada no catálogo apresentado por Calo Lourido

* Este trabalho integra-se no Projecto de Investigação “*Ciuitas y religio* en el Noroeste hispánico II: interacciones, sincretismos e *interpretatio* en el panteón provincial” (HAR2008-00358/HIST), financiado pelo Ministerio de Ciencia y Innovación, Dirección General de Programas y Transferencia de Conocimiento, e dirigido pela Professora Doutora María Cruz González Rodríguez, catedrática de História Antiga no Departamento de Estudios Clásicos da Facultad de Letras da Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea.

2003, 6-32, nas actas do colóquio internacional sobre o tema, que decorreu em Lisboa em 2002, publicadas no volume 44 de *Madriider Mitteilungen*.

Em virtude das limitações impostas pelas normas vigentes para o presente volume, prescindimos também da dissecação epigráfica de cada um textos, apesar das novidades de leitura e interpretação que cunhamos para alguns deles, remetendo neste particular para síntese em publicação (Redentor 2008).

OS TEXTOS EPIGRÁFICOS

No guerreiro de Meixedo (Calo 2003, 20-21, n.º 25; fig. 2), o texto encontra-se dividido por três áreas contíguas da superfície escultórica: a primeira situa-se na parte frontal, sobre o saio e sob o escudo; a segunda, na parte lateral esquerda, desenvolve-se sobre o saio e sobre a perna direita; a terceira, em posição frontolateral, sobre a perna esquerda. A ordem de gravação parece ter sido esta, atentando no facto de as translineações associadas à área lateral esquerda se fazerem em função do limite esquerdo da parte do texto gravada na parte frontal da estátua, mas não encontramos argumentos para defender que se trata de duas inscrições distintas, considerando a complementaridade das diversas partes.

Em recente análise autóptica que realizámos ao texto da estátua vianense estabelecemos a seguinte leitura:

P(ublio)·Clodameq / Corocaudi / f(ilio)·Seaueo[n]i

L(ucius)·Sest/ius·L(ucii)·l(ibertus)·Coroc/adius / contu(bernalis) / frater et

Tuþene(n)s(es)·f(aciendum)·c(urauerunt)·

A leitura proposta permite-nos a compreensão do texto a partir da interpretação cumulativa das três partes identificadas. Interpretamo-lo como unitário, considerando que as três partes em que se divide têm uma leitura sequencial.

A disposição do texto no guerreiro de Santa Comba (Calo 2003, 23-24, n.º 28; fig. 3) apresenta-se em V, adaptada à metade inferior da *caetra*. A leitura que apurámos na autópsia realizada é coincidente com a recente proposta de revisão avançada por Rodríguez Colmenero 2002, sendo a seguinte:

Ârtifices / Calubrigens/es·et·Abiânięn(ses) / f(aciendum)·c(urauerunt)·

Corresponde ao exemplar da Citânia de São Julião (Calo 2003, 19-20, n.º 24; fig. 4) a mais recente descoberta de escultura de guerreiro epigrafada, tendo-se dado a identificação acidental dos dois fragmentos que a compõem aquando de campanha de escavação no povoado (Martins e Silva 1984, p. 31). Na superfície da *caetra*, com o umbo de permeio, lê-se:

Malceino / Douilonis / f(ilio)

A inscrição tem claro paralelo na do guerreiro do castro de Rubiás (Ourense), que apresentaria letreiro aberto no escudo redondo com umbo central (Castellá 1610, 159v). A escultura encontra-se desaparecida, embora a literatura arqueológica de novecentos não tenha enjeitado a possibilidade de a cabeça de estátua descoberta em 1935 em Rubiás lhe corresponder (cf. Calo 1994, 409-414; 2003, 17, n.º 21). Apesar de a leitura que tem sido editada (CIL II 2519 = ILER 2226) corresponder a *Adrono / Veroti f(ilio)*, julgamos que a lição, por razões epigráficas e onomásticas, deverá ser corrigida para:

[L]adrono / Veroti f(ilio)

Partindo destas leituras sumariamente expostas que rubricamos, passamos à sua análise interpretativa.

A INTERPRETAÇÃO

Até aos anos 80 do século transacto, duas ou três perspectivas fundamentais dominaram a questão do significado das estátuas de guerreiros lusitano-galaicos. Foram, essencialmente, entendidas como funerárias, reflectindo este posicionamento a ideia pioneira de Hübner 1871, 107-108, resultante da sua interpretação das inscrições dos guerreiros de Rubiás e de Meixedo, pensando-se na sua colocação sobre as sepulturas dos guerreiros (Vasconcellos 1896, 246; 1902, 26; 1913, 43) e chegando-se até a argumentar neste sentido com a ausência de pés (Paris 1903, 71). Também foram vistas como representações de heróis divinizados de determinados povoados (Pereira 1908, 242-244) e como esculturas apotropaicas (López Cuevillas 1958, 355), alegando-se posteriormente o seu carácter votivo (Maluquer 1963, 68), falando Cardozo 1973, 271, de um culto dedicado a chefes notáveis. Pelo meio, ficará a posição de Murguía 1901, 562-563, que toma estes monumentos como términos no âmbito de uma sociedade eminentemente guerreira.

A partir daquela década, o entendimento das estátuas como representações de chefes heroizados ganha fôlego, tanto como figuras mitificadas (Almeida 1981, 115-116), como tutelares (Silva 1981-1982, 90), sem que se afaste por completo a ideia da natureza funerária, como se vê ainda em Tranoy 1981, 114, 327 e 351, e, mais recentemente, em Koch 2003, 82. Posteriormente, aquele investigador (Tranoy 1988, 223-225), propondo existirem estátuas que corresponderiam a uma etapa pré-romana e outras já da época romana, servindo-se da epigrafia para estabelecer esta distinção, argumenta que as primeiras representariam uma espécie de heróis anónimos ou divindades tutelares e que as seguintes corresponderiam já à imagem de chefes, que possivelmente tinham integrado os corpos auxiliares romanos. Alarcão 1986, 64-65, havia, entretanto, cunhado a hipótese de se tratar de representações de príncipes. Não querendo apresentar aqui uma análise historiográfica detalhada sobre o tema, remetemos para o trabalho de Calo 1994, 677-691, onde a questão é tratada com minúcia, e no qual também explana a sua interpretação das estátuas como representações de notáveis locais que colaboraram

com Roma, num cenário de aproveitamento do prestígio granjeado na nova conjuntura social, económica e política, bem como para recente artigo de Höck 2003, 51-62.

A análise dos textos apurados nas esculturas permite a identificação de algumas linhas de força que apresentamos como contributo para o tema do seu significado e discussão de pautas cronológicas. Em primeiro lugar, com excepção do texto do guerreiro de Santa Comba, os textos identificam um indivíduo concreto, quer reduzindo-se a este mote a mensagem, como nas esculturas de Rubiás e de São Julião, quer acrescentando-se algo mais sobre o contexto da acção dedicatória, tendo em conta a utilização do dativo, como ilustra a epígrafe do de Meixedo. Consequentemente, será adequado pensar-se que cada escultura não representa simplesmente um tipo, mas tem o objectivo de recriar, do ponto de vista plástico, um indivíduo concreto, enquanto verdadeiro retrato, como defendem, por exemplo, Tranoy 1988, 223-225, Silva 2003a, 47, e Alarcão 2003, 120, no caso das esculturas epigrafadas, e Calo 1994, 687, e que essa obra revestirá um carácter honorífico, desselável da flexão escolhida para a indicação escrita da sua identidade e do modelo artístico eleito, como mais à frente debateremos.

Mas quem são os indivíduos homenageados? Do ponto de vista onomástico, ressalta a sua origem autóctone, quer pela constante da antroponímia de origem indígena, quer pela indicação da filiação com recurso ao patronímico, mesmo quando a estrutura do nome não é de tipo peregrino e revela já influência directa de Roma, com *tria nomina*: *Ladronus Veroti f.*, *Malceino Douilonis f.*, *P. Clodameus Corocaudi f. Seaeo*. Nada é acrescentado relativamente a um plausível estatuto socioeconómico e político diferenciado, embora pela análise linguística se tenha vindo a ressaltar a adequação da antroponímia às figuras representadas, pela invocação do seu prestígio ou pela ligação a conceitos próprios do mundo castrejo, a ponto de se sugerir que nome e renome andariam a par (Silva 1986, 292; 2003b, 47-48).

Outro aspecto que está presente nos textos de Meixedo e de Santa Comba é a identificação dos responsáveis pela dedicatória, que neste último é exactamente o único conteúdo da mensagem epigráfica. Com esta questão se prende directamente a fórmula de encerramento, em ambos os casos interpretável como *faciendum curauerunt*, que na prática epigráfica surge frequentemente em epitáfios, embora não seja exclusiva deste tipo de textos.

No caso da escultura vianense, cremos poder apurar que a iniciativa parte de um liberto que se diz *frater e contubernalis* e de um colectivo populacional, o qual poderá corresponder ao conjunto dos habitantes do *castellum* com o qual se relaciona a escultura, como, a nosso ver, acertadamente opinou Rodríguez Colmenero 2002, 283. Antes de mais, cremos que as duas qualidades que *L. Sestius Corocaudius* apresenta relativamente a *P. Clodameus Seaeo* se reportam a um momento anterior ao da condição jurídica que precede o estatuto de liberto. O cognome do primeiro, verosimilmente coincidente com o patronímico do segundo, parece apontar no sentido de uma efectiva relação de parentesco, numa situação original de liberdade por

parte de ambos, mas que algum facto extraordinário terá feito divergir. Queremos com isto dizer que algum acontecimento terá levado o primeiro a uma situação de servidão e o que nos parece mais lógico é enquadrá-lo num contexto beligerante em que parte dos vencidos terá sido reduzida à condição de escravos, sabendo-se que a escravização de prisioneiros de guerra é uma das fontes mais importantes de escravatura durante o esforço de conquista peninsular, como põem em relevo múltiplas citações de autores antigos (cf. Mangas 1971, 41-47). E, embora sendo vários os significados do termo *contubernalis* (cf. Rodríguez 2002, 280), atendendo ao presumível sentido destas estátuas de guerreiros lusitano-galaicos como personificação de elementos das elites indígenas, em plausível contexto de reorganização territorial decorrente da conquista romana, e à estrutura do texto, cremos que a acepção de camarada, associada aos ambientes militares ou guerreiros, será a mais adequada para o caso em apreço.

Se imaginarmos um cenário deste tipo, será pertinente que nos perguntemos porque é que o irmão terá permanecido em liberdade e ascendido a um estatuto superior de cidadão romano, aparecendo plasmado numa escultura pétreia, sobre a qual se indica o seu nome em homenagem laudatória. Muitas hipóteses poderíamos apontar, mas sem outros dados documentais facilmente se resvalará para um discurso quase romanceado, embora possamos ensaiar um cenário hipotético que, pelo menos, explique a divergência de estatuto jurídico entre ambos.

No texto do guerreiro de Santa Comba, associam-se ao nome técnico *artifices* duas formas adjectivais designativas de colectivos, remetendo para dois grupos distintos envolvidos na encomenda da escultura, conforme se depreende da fórmula final, não sendo, pois, admissível a ligação destes dois agregados à sua elaboração enquanto artistas, contrariamente ao que supõe Silva 1981-1982, 87, para quem estes *artifices* — na sua perspectiva *Calubrigenses* dos *Albini* — poderiam ser escultores que trabalhariam em itinerância, conforme pretende intuir das similitudes estilísticas entre as esculturas das terras de Basto, do vale do Ave / Vizela e de Ourense. A ideia de que o texto faz apenas referência aos autores materiais da peça é também perfilhada por Calo 1994, 817-821, que considera, ainda, não se esclarecer a quem corresponde o patrocínio da obra, pretendendo, engenhosamente, descortinar o concurso de dois artistas em colaboração, presumivelmente um escultor e um pintor, considerando a recorrência da pintura na plástica castreja. No seu entender, o facto de se estar perante artistas ambulantes justificaria que referissem as comunidades a que pertenciam, reduzindo a justificação a um pouco esclarecedor orgulho profissional num contexto em que outras etnias teriam também um modo próprio de realização deste tipo de escultura.

Todavia, mais uma vez importa tentar perceber o porquê de os dedicantes serem dois grupos de *artifices* de proveniências diferentes. Tratar-se-á do reconhecimento ao acolhimento por parte do personagem representado cujo nome não conhecemos? E neste caso, qual o sentido da presença de dois

grupos distintos de *artifices* no mesmo local ou, pelo menos, da sua união na mesma homenagem?

Almeida 1981, 115, n. 9, havia sugerido a vinculação destes *artifices* à urbanização do povoado fortificado, mas esta designação funcional não nos autoriza, em princípio, a corroborar a sua ideia. Quase nada se conhece acerca da cronologia do povoado a que a escultura estará associada e que possa auxiliar nesta questão, para além da referência a materiais que Silva 1981-1982, 89, designa por espólio romanizado. Sabendo-se, no entanto, que este tipo de estatuária poderia estar vinculada às muralhas dos povoados, como sugere o caso dos pés de guerreiro de Sanfins (Silva 2003a, 47), não deixaria de ser tentadora a ideia de estes artífices terem tido como ocupação algum tipo de trabalho ligado à construção ou reparação das estruturas do castro de Santa Comba e terem plasmado na pequena inscrição gravada na *caetra* o seu reconhecimento ao personagem representado na escultura. Mas, se o termo *artifex* tem significação genérica, implicando amiúde uma especificação, e muitíssimas vezes aparece em ligação a actividades manuais, não queremos, com esta constatação, dar solução ao insolúvel.

O que nos parece razoável propor é que estamos perante dois sectores comunitários distintos ligados à produção em geral — não necessariamente sinónimos de incipiência da actividade artesanal, como aventa Gimeno 1988, 9 — que tomam a iniciativa de levantar a representação escultórica de um determinado personagem, seguramente de condição diferenciada fundada na superioridade de um estatuto social, e muito provavelmente económico de suporte, além de político, pelo menos pela sua capacidade de influência, quer o rotulemos de nobre, de membro das elites locais, tradicionais ou renovadas, ou, pejorativamente, de colaboracionista. Seria um estatuto privilegiado desta natureza que lhe daria uma série de vantagens no relacionamento com o poder romano em instalação, as quais, para além das que se centrariam na esfera pessoal e familiar, poderiam ter impacto na comunidade do povoado ou povoados, se aceitarmos a desigualdade entre eles no âmbito estrito das relações indígenas. Não celebrará a execução da escultura por mandado destes colectivos o personagem que terá conseguido vantagens, supostamente económicas, junto de representantes do poder (militar ou político) romano para ambas as comunidades, enquadráveis no âmbito geográfico regional (cf. Almeida 1981, 115; Guerra 1998, 376; Rodríguez 2002, 270-272), nomeadamente para os grupos ligados à produção artesanal?

Seguramente, ao compor-se de dois adjectivos pátrios associados ao termo *artifices*, a leitura que validamos implica que estejamos perante dois grupos com proveniências distintas mas com idêntica categoria, fundada na vinculação a núcleos de povoamento diferenciados, eventualmente povoados geograficamente próximos, aos quais se deve reconhecer alguma relação com o personagem homenageado ou com o povoado em que reside, não se excluindo a possibilidade de um deles corresponder exactamente a este, que se tem relacionado com o povoado fortificado de Santa Comba em função do achado da escultura na suas imediações (Silva 1981-82, 89). Todavia, a ideia

sustentada por Rodríguez 2002, 272-273, de que ambos os povoados, que designa de *castella*, sejam parte da mesma *ciuitas* — a dos *Callaeci* — é por ora meramente especulativa, tal como a consideração de que *Calubriga* poderia ser a sua capital; da mesma maneira, considerar a expressão *artifices Calubrigenses et Abianienses* como simples representação de ambos os núcleos de povoamento, *in genere*, parece-nos uma redução inaceitável, pois não atende à semântica do nome que os adjectivos qualificam.

A utilização do dativo associado aos nomes gravados na parte frontal das estátuas de Meixedo, de São Julião e de Rubiás, como apontámos anteriormente, não nos parece consentânea com a atribuição de carácter funerário aos textos, pese embora o recurso documentado à fórmula *f. c.*, pois o caso em questão não é habitual em textos funerários de cronologia tão temporã como indiciam ser estas epígrafes.

A datação dos textos é, assim, fulcral para centrar a discussão sobre o tema e veio também a ser requisitada recentemente a propósito da excelente análise estilística conduzida por Schattner 2003, tomando-a como argumento adicional à sua proposta de divisão do conjunto das esculturas em função da ordem cronológica das suas características. De acordo com o seu estudo, a cabeça de estátua de Rubiás — cuja relação com a escultura epigrafada reportada a essa localidade é dubitável — estaria entre as esculturas que apenas apresentavam características romanas, o guerreiro de Santa Comba entre as que integravam especificidades romanas e pré-romanas e os de São Julião e Meixedo entre as que ostentavam exclusivamente características pré-romanas. Recorre (2003, 137-139) a esta última para acrescentar um dado cronológico absoluto de reforço à divisão encontrada, alegando consenso entre os investigadores no sentido de a inscrição não ter pertencido originalmente à escultura, pelo que deduz uma datação situada, no mínimo, no século I a.C., aceitando a aparição deste tipo de estatuária na centúria anterior.

Para a estátua de Meixedo, com base num critério exclusivamente paleográfico, Hübner 1871, 107, propôs uma datação, quando muito, de finais da dinastia júlio-claudiana, mas não vemos inconveniente, desse ponto de vista, na sua integração clara na primeira metade da centúria, da mesma forma que consideramos plausível para as restantes este horizonte cronológico (ou, o mais tardar, os meados do século para a de Santa Comba, creditando a paleografia).

A título meramente hipotético, talvez também devêssemos contabilizar a favor de uma cronologia alta destes monumentos (epigrafados) a sua escassez, sintoma provável de uma incipiente penetração das práticas epigráficas no seio das comunidades indígenas e, conseqüentemente, do seu domínio. No caso específico da escultura vianense, a abreviatura de *libertus* reduzida à inicial reforça a datação no século I d.C. Acresce que a pertinência da possibilidade de relacionar o patrono de *L. Sestius Corocaudius* com *L. Sestius Quirinalis*, governador da Lusitânia, que terá tido intervenção no processo de organização do Noroeste entre 22 e 19 a.C., ligação aceite, na esteira de Hübner 1871, 105, por Tranoy 1981, 327, embora com uma inter-

pretação do texto divergente da nossa, torna a cronologia da sua acção relacionada com o Noroeste perfeitamente compaginável com uma datação das primeiras décadas da centúria, que cremos aceitável para a inscrição e para a própria escultura.

Também a interpretação dos textos com indicação dos dedicantes e a fórmula final *faciendum curauerunt* nos parece incompatível com a ideia de o suporte escultórico ter sido reaproveitado para gravação dos textos, como têm pretendido alguns (Maluquer 1963, 68; Taboada 1965, 12; Tranoy 1981, 327 e 351; Calo 1994, 672; Koch 2003, 81), apesar de ser algo que estava ausente do pensamento de um epigrafista experimentado como Hübner 1871, 107, quando afirma que *se por acaso se não tivesse achado em alguma das estatuas uma inscrição e muito mais uma inscrição latina, não faltaria quem atribuísse a estas estatuas uma data muito mais remota*. Poder-se-ia, talvez absurdamente, argumentar, no caso da epígrafe de Meixedo, que a matéria da dedicatória para a qual contribuem os esforços de *Corocaudius* e do colectivo populacional seria apenas a lavra do texto em que se alude ao personagem em concreto, cuja individualidade se plasmaria na própria estátua. Mas se assim fosse, como explicaríamos na de Refojos de Basto a redução do texto à menção dos dedicantes? Será decerto erróneo dissociar texto e suporte.

Assim sendo, o cenário de reconstituição histórica passível de ser elaborado com base nas informações da inscrição de Meixedo e no que conhecemos dos factos da conquista militar romana do Noroeste hispânico diferirá dos anteriormente esboçados, nomeadamente do bosquejado por Rodríguez 2002, 284-285. Partindo da informação, para nós fidedigna, de que *L. Sestius Corocaudius* era *frater* consanguíneo de *P. Clodameus Seaqueo*, e não apenas irmão de armas como defende Koch 2003, 84, pois seria redundante esta aceção relativamente a *contubernalis*, logo, pouco próprio da linguagem epigráfica que aqui se plasma, consideramos plausível que remonte ao contexto final da conquista do Noroeste — sobretudo de controlo militar no que à *Gallaecia* respeita — a divergência de percursos entre os dois irmãos pelo facto de um deles ter sido submetido à escravidão, quiçá em consequência de qualquer cenário bélico de resistência ou escaramuça, tendo ficado na posse de um prócere militar, supostamente do próprio legado da Lusitânia. Após ter sido alforriado e em retorno ao seu *castellum* de origem terá empreendido, conjuntamente com a comunidade local, a homenagem a seu irmão, o qual poderia ter desempenhado papel destacado nesse conjunto populacional e ascendido à cidadania romana, certamente por concessão pessoal (*uiritim*), porventura na sequência de colaboração com as forças romanas no processo de reorganização territorial, uma vez que os outros mecanismos de acesso não nos parecem, à primeira vista, adequados para o contexto histórico em causa.

Voltando à análise empreendida por Th. Schattner, constatar-se-á haver desencontro cronológico entre a sua proposta para as estátuas de Meixedo e Santa Comba e as respectivas inscrições, pelo que, aceitando a validade do

trabalho empreendido em termos do estudo das características dos espécimes escultóricos, apenas uma permanência dos modelos de características puramente pré-romanas adentro da primeira centúria d.C., convivendo certamente com as estátuas em que se percebe um movimento de transição com a incorporação de características romanas a par das pré-romanas, poderá explicar a compatibilização entre a existência das epígrafes e as características daqueles exemplares.

No respeitante ao significado das esculturas analisadas, preferimos valorizar, como temos vindo a afirmar, o seu carácter honorífico, embora não encontremos totalmente descabida a sua associação à heroização de um personagem concreto, como também pode deixar antever a fórmula final habitualmente associada a epitáfios, isto é, de alguém que seguramente assumiu papel de destaque na sociedade indígena e, em concreto, na sua própria comunidade, não valorizando certamente qualidades guerreiras expostas num processo de resistência ao processo de conquista, mas antes determinado protagonismo de liderança no âmbito comunitário em conexão com as novas condições políticas, jurídicas, sociais e económicas decorrentes da organização romana.

Anteriormente, creditando uma fase pré-romana no desenvolvimento destas formas de representação escultórica, o seu significado, como postula Schattner 2003, 144, repousaria na expressão personificada — nuns casos, de reconhecimento, noutros, de afirmação, entendemos nós — de determinados notáveis protagonistas locais enquanto fenómeno da tradição comunitária dos diferentes grupos étnicos, refreando a ideia de apontarem para a faceta marcial de chefes, amiudadamente defendida (cf. González 2006-2007, 448-449), a constatação de nestas esculturas se não figurarem guerreiros com toda a panóplia de armamento, ao qual, por exemplo, falta sistematicamente a lança (Quesada 2003, 105).

Em conclusão, diremos que, mesmo entendendo que a estátua possa obedecer a protótipos vigentes que não tinham como objectivo servir de suporte epigráfico, não partilhamos da opinião de que a inscrição utiliza este suporte em reutilização. Embora possam não ter sido planeadas em conjunto as duas acções ou, pelo menos, não se tendo adaptado a estátua para a recepção de um texto gravado, os objectivos de ambas complementam-se e, por isso, não devem estar distanciadas no tempo, devendo mesmo ser simultâneas, como se depreende da fórmula que finaliza dois dos textos, embora se possa pensar, em alternativa, na possibilidade de a inscrição ter sido agregada à estátua, que representará um indivíduo em concreto, na sequência da sua morte, não como epitáfio, mas como homenagem que permite perpetuar pela escrita, na história e mitologia comunitárias, a identificação, pelo nome, do personagem até aí plenamente reconhecível no retrato esculpido realizado em vida.

A influência desta deriva epigráfica que se reconhece apenas numa minoria de estátuas haverá que buscá-la, em nosso entender, no programa epigráfico que se vai levantando nas capitais conventuais, mormente em

Bracara Augusta, pois é aí que irrompe desde cedo este tipo de cultura comunicacional ligado às inscrições oficiais. A emergência da epigrafia privada terá sido um processo menos precoce, mas desde os finais do século I a. C. temos na capital brácará um conjunto de dedicatórias dinásticas, a Augusto e outros elementos da família imperial, onde surgem, por exemplo, os *Bracaraugustani* como dedicantes, ou, pouco mais tarde, *negotiatores*, em homenagem a C. *Caetronius Miccio* (cf. Tranoy 1980, 69-71). Se os objectivos destas iniciativas, oficiais ou oficiosas, estão bem delimitados, não vemos por que não terão sido modelo para as inscrições que se gravam nos guerreiros, tendo em conta, sobretudo, a natureza e estrutura das mensagens: a identificação dos personagens em dativo e os colectivos populacionais ou grupos profissionais como dedicantes. Um processo mimético, acomodado à escala regional, abonando em favor do reforço dos laços comunitários de determinados povoados ou conjuntos de povoados, mas que não beliscaria a hegemonia romana, assumindo-se antes como um dos aspectos da frutífera aculturação a que se assiste durante esta nova etapa da história do Noroeste peninsular.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão 1986: J. Alarcão, “Arte do Bronze Final e da Idade do Ferro”, em: J. Alarcão (dir.), *História da Arte em Portugal, I, do Paleolítico à arte visigótica*, Lisboa 1986, 57-65.
- Alarcão 2003: J. Alarcão, “As estátuas de guerreiros galaicos como representações de príncipes no contexto da organização político-administrativa do Noroeste pré-flaviano”, *MM* 44, 2003, 116-126.
- Almeida 1981: C. A. F. Almeida, “Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos de Basto)”, *Arqueologia* 3, 1981, 111-116.
- Calo 1994: F. Calo Lourido, *A plástica da Cultura Castrexa galego-portuguesa*, La Coruña 1994.
- Calo 2003: F. Calo Lourido, “Catálogo”, *MM* 44, 2003, 6-32.
- Cardozo 1973: M. Cardozo, “La culture des castros du nord du Portugal”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 22.3, 1973, 261-290.
- Castellá 1610: M. Castellá Ferrer, *Historia del apóstol de Iesus Christo Sanctiago Zebedeo patrón y capitán general de las Españas*, Madrid 1610.
- Gimeno 1988: H. Gimeno Pascual, *Artesanos y técnicos en la epigrafía de Hispania*, Barcelona 1988.
- González 2006-07: A. González Ruibal, *Galaicos, poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.) (= Brigantium 18-19)*, A Coruña 2006-07.

- Guerra 1998: A. Guerra, *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*, Lisboa 1998 [Dissertação de Doutoramento em História Clássica, Universidade de Lisboa].
- Höck 2003: M. Höck, “Os ‘guerreiros lusitano-galaicos’ na história da investigação, a sua datação e interpretação”, *MM* 44, 2003, 51-62.
- Hübner 1871: E. Hübner, *Noticias archeologicas de Portugal pelo Dr. Emilio Hübner, traduzidas e publicadas por ordem da mesma Academia*, Lisboa 1871.
- ILER: J. Vives, *Inscripciones latinas de la España romana*, Barcelona 1971-1972.
- Koch 2003: M. Koch, “Die lusitanisch-galläkischen Kriegerstatuen in ihrem literarisch-epigraphischen Zusammenhang”, *MM* 44, 2003, 67-86.
- López Cuevillas 1958: F. López Cuevillas, “Lápidas romanas de la provincia de Ourense”, *Cuadernos de Estudios Gallegos* 41, 1958, 343-358.
- Maluquer 1963: J. Maluquer de Motes, “Los pueblos de la España céltica”, em: Menéndez Pidal, *Historia de España*, t. 1, vol. 3, Madrid 1963, 5-194.
- Mangas 1971: J. Mangas Manjarrés, *Esclavos y libertos en la España romana*, Salamanca 1971.
- Martins e Silva 1984: M. Martins, e A. C. F. da Silva, “A estátua de guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde)”, *Cadernos de Arqueologia* 1 (2.ª série), 1984, 29-47.
- Murguía 1901: M. Murguía, *Historia de Galicia*, vol. 1, Coruña 1901².
- Paris 1903: P. Paris, *Essai sur l’art et l’industrie de l’Espagne primitive*, vol. 1, Paris 1903.
- Pereira 1908: F. A. Pereira, “Novo material para o estudo da estatuaria e arquitetura dos castros do Alto-Minho”, *O Archeologo Português* 13.7-12 (1.ª série), 1908, 202-244.
- Quesada 2003: F. Quesada Sanz, “¿Espejos de piedra?, las imágenes de armas en las estatuas de los guerreros llamados galaicos”, *MM* 44, 2003, 87-112.
- Redentor 2008: A. Redentor, “Inscrições sobre guerreiros lusitano-galaicos: leituras e interpretações”, *RPA* 11.2, 2008, no prelo.
- Rodríguez 2002: A. Rodríguez Colmenero, “Epígrafes latinos sobre guerreros galaicos, una clave esencial para la interpretación de la estatuaria bélica del Noroeste Ibérico, em: M. Romaní Martínez, M. A. Novoa Gómez (eds.), *Homenaje a José García Oro*, Santiago de Compostela 2002, 267-285.
- Schattner 2003: Th. G. Schattner, “Stilistische und formale Beobachtungen an den Kriegerstatuen”, *MM* 44, 2003, 127-146.
- Silva 1981-1982: A. C. F. Silva, “Novos dados sobre a organização social castreja”, *Portugalia* 2-3 (Nova série), 1981-1982, 83-94.
- Silva 1986: A. C. F. Silva, *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira 1986.
- Silva 2003a: A. C. F. Silva, “Expressões guerreiras da sociedade castreja”, *MM* 44, 2003, 41-50.

- Silva 2003b: A. C. F. Silva, “O nome de Viriato”, *Portugalia* 24 (nova série), 2003, 45-52.
- Taboada 1965: J. Taboada Chivite, *Escultura celto-romana*, Vigo 1965.
- Tranoy 1980: A. Tranoy, “Religion et société à *Bracara Augusta* (Braga) au Haut-Empire romain”, em: *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste peninsular (Guimarães, 1979)*, vol. 3, Guimarães 1980, 67-83.
- Tranoy 1981: A. Tranoy, *La Galice romaine, recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l’Antiquité*, Paris 1981.
- Tranoy 1988: A. Tranoy, “Du héros au chef, l’image du guerrier dans les sociétés indigènes du le nord-ouest de la péninsule ibérique (II^e s. avant J.-C.–I^{er} s. après J.-C.)”, em: *Le monde des images en Gaule et dans les provinces voisines (= Caesardunum 23)*, Paris 1988, 219-227.
- Vasconcellos 1896: J. L. Vasconcellos, “Estátuas de guerreiros lusitanos”, *O Archeologo Português* 2.1 (1.^a série), 1896, 29-32.
- Vasconcellos 1902: J. L. Vasconcellos, “Estátua de um guerreiro lusitano”, *O Archeologo Português* 7.1 (1.^a série), 1902, 23-26.
- Vasconcellos 1913: J. L. Vasconcellos, *Religiões da Lusitânia, na parte que principalmente se refere a Portugal*, vol. 3, Lisboa 1913.

Armando Redentor
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
e-mail: aredentor@gmail.com

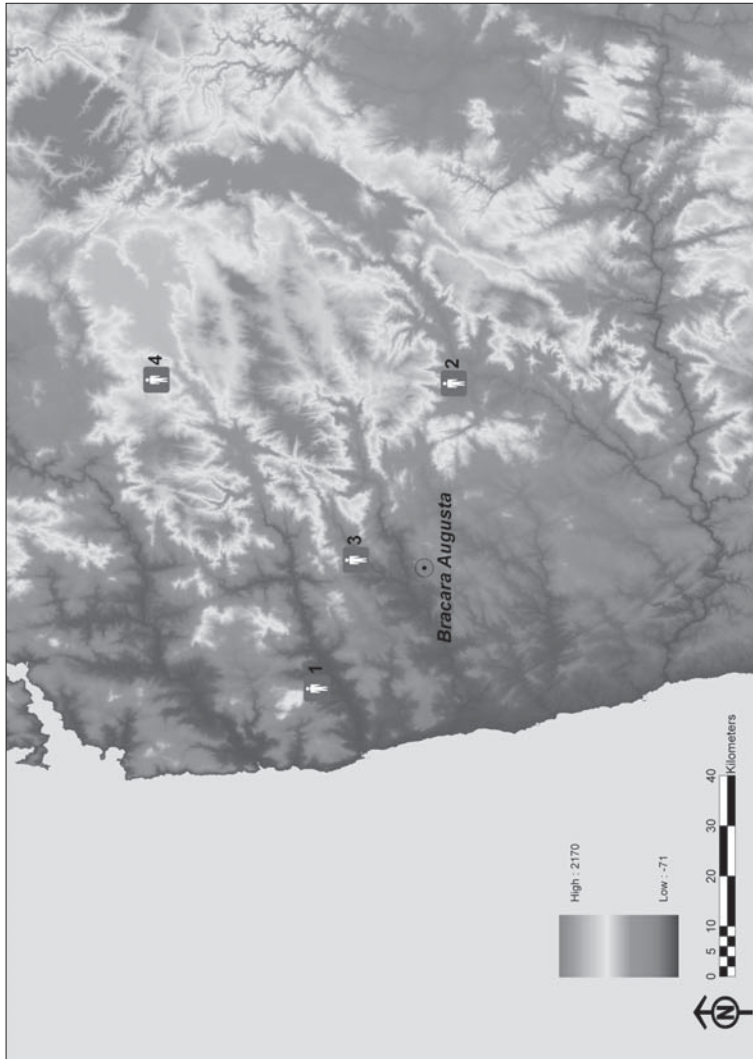


Fig. 1, distribuição das estátuas de guerreiros lusitano-galaicos epigrafadas: 1, Meixedo, Viana do Castelo; 2, Santa Comba, Refojos de Basto, Cabeceiras de Basto; 3, São Julião, Coucieiro, Vila Verde; 4, Rubiás, Bande, Ourense.



Fig. 2a, estátua de guerreiro de Meixedo.



Fig. 2b, pormenor da inscrição, parte frontal.

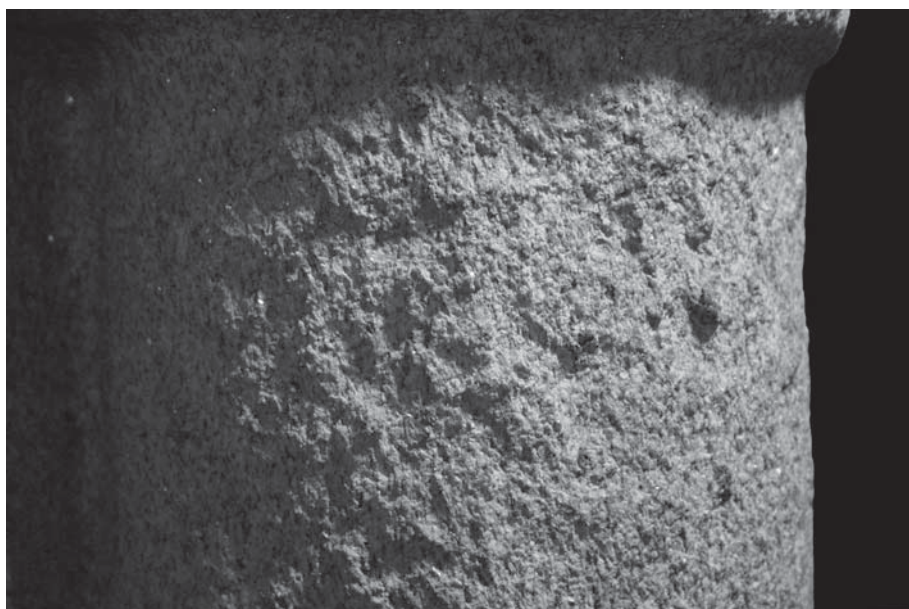


Fig. 2c, pormenor da inscrição, início da parte frontolateral.



Fig. 2d, pormenor da inscrição, parte lateral esquerda.



Fig. 3a, estátua de guerreiro de Santa Comba.



Fig. 3b, pormenor da inscrição.



Fig. 4a, estátua de guerreiro de São Julião
(fotografia: Manuel Santos / Arquivo do Museu D. Diogo de Sousa).



Fig. 4b, pormenor da inscrição
(fotografia: Manuel Santos / Arquivo do Museu D. Diogo de Sousa).